



## **Desenvolvimento Equilibrado *Versus* Desenvolvimento Desequilibrado: Uma Breve Revisão das Principais Teorias**

### **Artigo Completo**

**Vilmar Nogueira Duarte**

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

[vilmarufms@yahoo.com.br](mailto:vilmarufms@yahoo.com.br)

### **Resumo**

O presente estudo teve como objetivo fazer uma breve revisão das principais teorias do desenvolvimento regional, com ênfase às teses do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado, referenciando também as novas abordagens. O trabalho foi desenvolvido com base numa pesquisa bibliográfica e descritiva. Para tal, foram consultadas publicações - livros e artigos especializados sobre o assunto. Os resultados mostram que a estratégia de desenvolvimento equilibrado parte do pressuposto de que os empreendimentos não viáveis do ponto de vista individual podem se transformar em investimentos viáveis quando considerado em conjunto com outros empreendimentos. Por outro lado, a corrente que defende a tese do desequilíbrio preconiza que o crescimento não surge espontaneamente ao mesmo tempo em todas as regiões. Seus defensores argumentam que este se manifesta em pontos específicos ou polos de crescimento, para depois se espalhar por toda a economia. O trabalho conclui que a primeira corrente é baseada nos fundamentos clássicos de equilíbrio entre oferta e demanda e prega a seguinte ideia: a de que um projeto implantado de forma individual tem probabilidade de fracassar por insuficiência de demanda, porém, não sendo o caso quando vários outros forem sendo implantados ao mesmo tempo, uma vez que no agregado a expansão do nível de emprego e renda tende a criar o mercado necessário. Conclui também, que a segunda corrente tem como premissa central orientar os investimentos para setores-chave da economia, fazendo com que esse processo de concentração resulte na maximização dos retornos. A teoria parte do pressuposto de que as desigualdades regionais aumentam com a polarização em situações de crescimento econômico acelerado, atingem seu máximo em algum dado momento do tempo, para posteriormente declinar quando se inicia um processo de despolarização. Por fim, as novas teorias do desenvolvimento regional mostram uma variedade de visões, que podem ser classificadas da seguinte forma: a Nova Geografia Econômica; a Escola da Especialização Flexível; os Sistemas de Inovação Regional; a Teoria da Competitividade de Porter; e, por fim, as Teorias do Crescimento Endógeno.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento equilibrado, Desenvolvimento desequilibrado, Novas abordagens.

### **1 Introdução**

A noção de desenvolvimento econômico não é universal. Em certas circunstâncias o termo crescimento tem sido utilizado como sinônimo de desenvolvimento, o que na verdade não é a mesma coisa, embora o crescimento seja condição necessária para o desenvolvimento, porém não suficiente. As pesquisas têm mostrado que muitos países que apresentam elevados índices de crescimento econômico não são considerados desenvolvidos. Por outro lado, países com taxas de crescimento bastante reduzidas estão entre os mais desenvolvidos do planeta.

Mas porque isso acontece com as economias? Isso acontece porque o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento não ocorre de maneira igual e simultânea em todas as regiões. Pelo contrario, é um processo bastante irregular e que tende a fortalecer as regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento, como aquelas com



características e vocações mais voltadas para o segmento industrial. Assim, a dinâmica do desenvolvimento econômico, em especial, a do desenvolvimento regional torna-se objeto de estudo bastante complexo, em função das peculiaridades existentes entre os diferentes países e/ou regiões.

Todavia, quando se analisa a questão do crescimento *versus* desenvolvimento é necessário observar, numa primeira instância, que nem sempre um crescimento econômico vigoroso significa que aquele país e/ou região esteja se desenvolvendo. Isso tende acontecer porque as condições de vida da população de modo geral podem não estar melhorando como deveria como o crescimento. Muitas vezes, a expansão pode estar levando a uma concentração ainda maior da renda e da riqueza em favor das regiões mais desenvolvidas. O que significa dizer, em outras palavras, que a diferença entre ricos e pobres pode estar aumentando ainda mais.

Entre os principais trabalhos realizados sobre desenvolvimento econômico regional estão: os desenvolvidos por Von Thünen (1966), Marshall (1919), Weber (1929), Crisaller (1966), Lösch (1954), Isard (1956), Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958), Rosenstein-Rodan (1943), Nurkse (1957), Krugman (1991), Stöhr e Taylor (1981), Piore e Sabel (1984), Schumpeter (1982), Scott e Storper (1986), Green e Cruz (1999), Cárdenas et al. (2004), entre outros.

Diante deste contexto, o presente trabalho teve como objetivo fazer uma breve rerevisão das principais teorias do desenvolvimento regional, através de uma descrição sistemática das abordagens que tratam do tema, especificamente daquelas relacionadas ao desenvolvimento equilibrado e desequilibrado, e também das abordagens mais recentes. O estudo foi desenvolvido com base numa pesquisa descritiva, com consultas em livros e publicações especializadas sobre o tema.

O artigo está dividido em cinco seções. Além desta introdutória, a seção seguinte faz uma descrição sucinta da noção de desenvolvimento econômico, destacando as principais correntes que estudam o assunto. A seção três apresenta os aspectos metodológicos utilizados no trabalho, destacando o tipo de pesquisa, formas de consulta e outros. O tópico quatro apresenta as teorias do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado, objeto desse trabalho, mostrando os aspectos mais relevantes dessas teorias, além das novas abordagens que vêm sendo utilizadas pelos pesquisadores. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

## **2 Noção de desenvolvimento econômico**

Há controvérsias quanto à definição de desenvolvimento. Para uma primeira corrente de economista, com inspiração mais teórica, o crescimento econômico pode ser entendido como sendo sinônimo de desenvolvimento. Neste caso, o desenvolvimento é visto como um processo histórico de crescimento sustentado da renda ou valor adicionado por habitante, implicando na melhoria do padrão de vida da população de uma dada nação, que resulta de um processo sistemático de acumulação de capital e do incremento de conhecimento ou progresso técnico ao sistema de produção. De acordo com Souza (2007), se enquadram neste grupo os modelos de crescimento neoclássico, como os modelos de Meade e Solow, e os de inspiração mais keynesiana, como os modelos de Harrod, Domar e Kaldor.

Já para uma segunda corrente, mais voltada para a realidade empírica, o crescimento é entendido como sendo condição indispensável para o desenvolvimento, porém não suficiente.



Nesse caso, o desenvolvimento implica em mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. O que significa, em outros termos, que o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, dinâmica e eficiente, com melhoria nas condições de vida do conjunto da população abrangente (SOUZA, 2007). Nesta segunda corrente enquadram-se economistas como, Nurkse (1957), Hirschman (1958) e Myrdal (1957), que realizaram estudos e desenvolveram modelos que mais se aproximam da realidade das economias subdesenvolvidas.

Diante dessas considerações fica claro que o processo de desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, uma vez que os frutos do crescimento nem sempre beneficia a população como um todo. Isso faz sentido pela possibilidade de dentro de um mesmo país poder haver regiões com PIB per capita mais elevado do que em outras, mas que apresentam indicadores sociais inferiores. Nesse caso, “além de crescimento econômico, o desenvolvimento requer políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento, alcançando um número maior de pessoas” (FEIJÓ, 2007, p. 44). O autor saliente ainda que a noção de desenvolvimento econômico deve funcionar como um critério para avaliar se as políticas indutoras de crescimento, acompanhadas de iniciativas de suporte social, atingem, de fato, os objetivos previstos.

Em concordância com essa linha, Souza (2007) observa que em alguns casos uma dada economia pode estar apresentando taxas de crescimento relativamente altas e, ao mesmo tempo, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tendo em vista a tendência de modernização dos processos produtivos, como por exemplo, a robotização e a informatização. Enfatiza também que associado ao crescimento econômico, outros efeitos perversos podem estar acontecendo, tais como: a) redução da capacidade de importar devido à transferência de excedente de renda para outros países; e aumento da concentração da renda e da riqueza devido à apropriação desses excedentes por poucas pessoas; b) crescimento limitado de setores produtores de alimentos e outros bens de consumo popular, devido aos baixos salários, prejudicando a expansão do mercado interno; e c) dificuldades para a implantação de atividades interligadas às empresas que mais crescem, sendo elas exportadoras ou não.

Todavia, percebe-se que a noção de desenvolvimento está estritamente atrelada a de crescimento econômico, porém, com uma diferença fundamental, a de que a primeira requer mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, no que se refere às suas necessidades básicas, como: água, esgoto, higiene, alimentação e transporte, até aquelas relacionadas à saúde, segurança, educação, acesso a informação, esporte, lazer, cultura e outras. Enquanto que a segunda (crescimento) está relacionada ao aumento da produção de bens e serviços de um país e a uma expansão da renda média da população, o que nem sempre significa aumentar a renda das pessoas mais pobres.

### **3 Aspectos metodológicos**

Por se tratar de um estudo meramente descritivo, os procedimentos investigativos foram baseados numa pesquisa bibliográfica, ou seja, aquela elaborada a partir de material já publicado. Gil (1991) salienta que estudos dessa natureza têm como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, estabelecer relações entre as variáveis estudadas.



Nesse sentido, o trabalho foi realizado com base numa revisão da literatura sobre desenvolvimento econômico, em especial, daquela que trata da questão do desenvolvimento regional. As principais referências consultadas foram, por ordem, os livros especializados sobre crescimento e desenvolvimento econômico e, em seguida, as publicações que tratam especificamente da questão do desenvolvimento regional.

Primeiramente, buscou-se discorrer sobre as teorias do desenvolvimento equilibrado, através de uma descrição sucinta da essência dessas teorias. Na sequência, o foco foi as teorias do desenvolvimento desequilibrado, cujas ideias são apresentadas de forma clara, expressando exatamente a visão dos autores. Por fim, dissertou-se sobre as modernas teorias do desenvolvimento regional, através de uma breve revisão do que de mais novo vem sendo estudado sobre o tema.

## **4 Teorias do desenvolvimento regional**

Nesta seção são discutidas algumas das principais teorias do desenvolvimento equilibrado, as quais envolvem as contribuições de Rosenstein-Rodan – teoria do “grande impulso” – e Nurkse – teoria do “círculo vicioso do subdesenvolvimento”. Na sequência, o foco são as teorias do desenvolvimento desequilibrado, as quais têm como precursores Perroux – teoria dos “polos de crescimento” -, Myrdal – teoria da “causação circular acumulativa” – e Hirschman – teoria do “crescimento sequencial”. A ideia central foi apresentar a essência de cada uma dessas teorias, bem como seus principais pressupostos. Por fim, são discutidas as abordagens mais recentes do desenvolvimento regional, priorizando as contribuições mais relevantes.

### **4.1 Teorias do desenvolvimento equilibrado: as contribuições de Rosenstein-Rodan e Nurkse**

A estratégia de crescimento equilibrado parte do pressuposto de que empreendimentos não viáveis do ponto de vista individual podem se transformar em investimentos viáveis, com rentabilidade positiva, quando considerado em conjunto com outros empreendimentos. Essa estratégia baseada nos fundamentos clássicos de equilíbrio entre oferta e demanda prega a seguinte ideia: a de que um projeto individual pode fracassar por insuficiência de demanda, porém, não sendo o caso quando vários outros forem sendo implantados ao mesmo tempo, uma vez que no agregado a expansão do nível de emprego e renda cria simultaneamente o mercado necessário (SOUZA, 2007).

#### **4.1.1 Rosenstein-Rodan – Teoria do “grande impulso”**

Rosenstein-Rodan foi o precursor da ideia do desenvolvimento equilibrado, ao desenvolver a teoria do “grande impulso” (*Big Push*) enquanto analisava o problema da industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental (ambas áreas deprimidas), em 1943. A ideia de Rodan consistia na realização de um conjunto de investimentos em uma gama variada de indústrias, para que a nova mão de obra empregada pudesse gerar demanda para as novas atividades industriais. Assim, cada nova indústria encontraria mercado na própria área de atuação, através da expansão interna da massa salarial e do efeito renda sobre o nível de consumo.



De acordo com o autor, os principais desafios que um país ou região deprimida deve enfrentar são os seguintes: a) oferta escassa de capital, especialmente de capital social básico; b) relativa ausência de complementaridade de demanda; e c) oferta reduzida de poupança (ROSENSTEIN-RODAN, 1943). A estratégia do autor implicava na inserção da região da Europa Oriental e Sul-Oriental na economia mundial, mediante vultosos investimentos de origem internacional e empréstimos de capital. Todavia, a base de sua proposta consistia em uma industrialização baseada no consumo, o que seria feito sem sacrifício da população local, uma vez que o desenvolvimento da indústria tenderia a ocorrer com altos coeficientes de trabalho.

Para Souza (2007), o programa de investimentos em bloco defendido por Rodan exigia o treinamento de um grande contingente de trabalhadores rurais, que seriam transferidos para o meio urbano-industrial, além de um volume expressivo de recursos investidos em infraestrutura, como construção de novas moradias, ferrovias, hidrovias, rodovias e no transporte urbano de operários. O autor salienta que a estratégia do “grande impulso” necessitava, ainda, da produção em massa de bens destinados especificamente ao consumo de trabalhadores, como é o caso, por exemplo, da produção de alimentos, móveis, vestuários e outros.

A tese de Rosenstein-Rodan (1943) parte do pressuposto de que de nada adiantaria empregar uma grande quantidade de trabalhadores em uma única indústria, se os salários desses trabalhadores fossem gastos na aquisição de produtos e serviços importados de outras regiões ou países. Mas, segundo ele, se a mesma quantidade de pessoas fosse empregada num conjunto de indústrias diferentes, estaria, assim, criando um mercado novo para cada setor industrial, que seria resultado da expansão da renda – hipótese da Lei de Say. Dessa forma, de acordo com o autor, estariam sendo construídas as bases para o desenvolvimento das regiões ou países com dificuldades econômicas, que seriam garantidas pela redução do risco de insuficiência de demanda.

Diante deste contexto cabe uma observação, a de que as estratégias de investimento dependem, em primeiro lugar, da expectativa de lucro dos empresários. Porém, é papel do Estado coordenar esses investimentos, sejam eles nacionais ou estrangeiros. A presença estatal nessa coordenação tenderia, segundo Rodan, acelerar o processo de industrialização das áreas deprimidas. Isso se fazia necessário porque de acordo com o autor, se dependesse da livre iniciativa dos empresários privados, o desenvolvimento tenderia a ser mais lento nessas áreas, em decorrência de um nível de investimento menor e de uma renda nacional também menor (ROSENSTEIN-RODAN, 1943).

Souza (2007) ressalta que apesar dessa proposta ter como pano de fundo um processo de industrialização baseado na ampliação do mercado interno, uma das preocupações de Rodan era de que as novas indústrias precisavam ser voltadas também para exportação. Como grande parte dos recursos que financiariam o “grande impulso” seria proveniente do exterior, haveria a necessidade de gerar divisas para o pagamento desses empréstimos e permitir a remessa de lucros. Assim, o fluxo de exportações deveria ser estrategicamente orientado para os países de origem desses recursos.

#### **4.1.2 Nurkse – Círculo vicioso do subdesenvolvimento**

O crescimento com base no equilíbrio entre oferta e demanda também foi proposto por Nurkse (1957). Em sua teoria denominada “círculo vicioso do subdesenvolvimento”, o autor ressalta que a insuficiência de mercado interno é o grande obstáculo para o desenvolvimento



de um país. Segundo ele, os países pobres são caracterizados por uma população de baixo poder aquisitivo, que decorre do baixo nível de produtividade dos fatores. Como resultado tem-se uma produção de bens e serviços restringida em função do tamanho desse mercado e, conseqüentemente, falta de incentivo para investimentos.

O círculo vicioso do subdesenvolvimento, segundo o qual “um país é pobre porque é pobre” pode ser identificado através da seguinte sequência lógica: a acumulação insuficiente de capital gera lento crescimento econômico e não eleva a produtividade dos fatores; estes por sua vez, provocam baixos níveis de renda e poupança, reduzindo o mercado interno, altos custos médios e baixa taxa de lucro. A insignificante propensão marginal a investir resultante fecha esse círculo vicioso, gerando acumulação insuficiente de capital (NURKSE apud SOUZA, 2007).

Para Nurkse (1957), a validade da Lei de Say para regiões economicamente atrasadas é restrita, uma vez que a produção de qualquer indústria isolada, recém criada, não cria a sua própria demanda. Isso ocorre porque é bastante provável que as pessoas ocupadas na nova indústria não gastem toda a sua renda na aquisição de produtos da mesma, dadas as diversas necessidades humanas. Dessa forma, o estímulo para investir é anulado pela pobreza e o investimento em uma nova linha de produção se torna inviável.

O problema central da teoria de Nurkse, visto pela ótica da demanda, é que o baixo nível de consumo das economias subdesenvolvidas faz com que a propensão a investir também seja baixa. Do ponto de vista da oferta, quando se trata da formação de capital, as relações circulares vão do baixo nível de renda até a escassa capacidade de poupança e daí para a falta de capital, seguindo para a conseqüente baixa produtividade dos fatores de produção (NURKSE, 1957).

Dessa forma, pode-se observar que a ideia de círculo vicioso do subdesenvolvimento está relacionada com a propensão marginal a poupar dos países pobres. De acordo com Nurkse (1957), a solução para a acumulação de capital desses países não pode ser alcançada sem nenhum esforço interno. A ação interna é crucial tanto no que se refere ao uso efetivo dos recursos já disponíveis quanto para abrir novos caminhos para captar e formar novos capitais. “O círculo vicioso do subdesenvolvimento”, tratado pelo autor, está relacionado à dificuldade de um país em formar capital. Essa dificuldade condiciona a procura de capital e o seu uso efetivo no processo produtivo. O significado desse conceito pode ser exposto da seguinte forma:

Implica ele numa constelação circular de forças, tendendo a agir e reagir uma sobre a outra de tal modo a conservar um país pobre em estado de pobreza. Não é difícil imaginar exemplos típicos destas constelações circulares: um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transporta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre (NURKSE, 1957, P. 8).

O círculo vicioso do subdesenvolvimento é utilizado pelo autor para apontar que nessas relações circulares existem dificuldades para acumulação de capital em países considerados atrasados economicamente. Vale destacar que Nurkse se reporta a essas



dificuldades inerentes a acumulação de capital como um conjunto de circunstâncias que podem levar as economias atrasadas ao que podemos chamar, digamos assim, de um estado estacionário do subdesenvolvimento.

## **4.2 Teorias do desenvolvimento desequilibrado: as contribuições de Perroux, Myrdal e Hirschman**

Os defensores dessa corrente preconizam que o crescimento econômico não surge espontaneamente ao mesmo tempo em todas as regiões. Argumentam que este se manifesta em pontos específicos ou polos de crescimento, para depois se espalhar por toda a economia (PERROUX, 1955). Essa estratégia de crescimento busca orientar os investimentos para setores-chave da economia, fazendo com que esse processo de concentração resulte na maximização dos retornos. Essa teoria parte do pressuposto de que as desigualdades regionais aumentam com a polarização em situações de crescimento econômico acelerado, atingem seu máximo em algum dado momento do tempo, para declinar em seguida, quando um processo de despolarização se inicia (WILLIAMSON apud SOUZA, 2007).

### **4.2.1 Perroux – Polos de crescimento**

A teoria dos polos de crescimento (ou de desenvolvimento) foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial em países europeus, mais precisamente, na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale da Ruhr (SOUZA, 2007). A noção de polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, por ser produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, lideradas pelas indústrias motrizes ou indústrias-chave (SOUZA, 2007). Estas indústrias além de contribuírem para o crescimento global da produção, também induzem no ambiente em que estão inseridas, através das relações que estabelecem com as indústrias correlatas ou secundárias, importantes efeitos de encadeamento em direção à inovação, através de um processo de imitação, causando, por conseguinte, impulsos motores significativos sobre o desenvolvimento local e regional (PERROUX, 1955).

Souza (2007), com base na teoria de Perroux, argumenta que a indústria motriz, líder do complexo industrial, obrigatoriamente deve apresentar as seguintes características: a) crescer a uma taxa superior a média da indústria nacional; b) possuir inúmeras ligações de insumo-produto, através da compra e venda de insumos, realizada em seu meio; c) apresentar-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e estrutura oligopolista; d) possuir grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos e a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; e) produzir para o mercado nacional e mercado externo.

Para o autor, o conceito de indústria motriz é mais abrangente do que o de indústria chave. Argumenta que toda a indústria motriz é, por conseguinte, uma indústria-chave, mas nem sempre uma indústria-chave é uma indústria motriz. Enquanto que a primeira induz efeitos significativos sobre o crescimento local e regional, o mesmo pode não acontecer com a segunda, uma vez que esta pode não estar induzindo o crescimento no interior do complexo (SOUZA, 2007).

O agrupamento dessas indústrias constituem, de acordo com Perroux, uma combinação de forças oligopolistas “instabilizadoras e conflitivas”, porém necessárias para o



crescimento da região. Para o autor, “o fato elementar mais consistente é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164).

A questão fundamental da teoria dos polos de crescimento centra-se no conceito de polarização, uma vez que este determinará o grau de transformações provocado pela inserção das indústrias motrizes no sistema econômico. Entende-se por polarização o fenômeno pelo qual o crescimento de uma atividade econômica movimenta outras atividades por meio das economias externas. É importante ressaltar que este processo se realiza em espaço econômico abstrato e funcional, embora cada atividade propulsora esteja localizada no espaço geográfico (BOISIER, 1988).

No entanto, aqui fica claro que o aparecimento de empresas inovadoras geram ciclos de novos investimentos, que provocam modificações na estrutura e no funcionamento da sociedade, uma vez que desencadeiam efeitos desestabilizadores na economia. Uma inovação bem sucedida gera desigualdades de ganhos em favor da empresa inovadora, porém, com o tempo isto gera imitações que propagam o crescimento e melhoram o resultado da economia como um todo. De acordo com essa ideia, a constituição de polos industriais estruturados pode modificar toda a estrutura econômica. A proximidade entre as empresas integrantes do polo tende a diminuir os custos e aumentar a produção, em função de ganhos decorrentes das economias externas.

#### 4.2.2 Myrdal – Causação circular acumulativa

A teoria de Myrdal foi elaborada a partir de um estudo sobre o problema dos negros no EUA (racismo), o qual identificou que a essência do problema social envolvia um complexo de mudanças interdependentes, circulares e acumulativas. Ao trazer essa ideia para o âmbito da economia, o autor argumenta que o processo de desenvolvimento tende a promover severas desigualdades econômicas em um país e se opõe as teorias do “desenvolvimento equilibrado”. Para ele, existem dois grupos de países: os países “desenvolvidos”, caracterizados por altos níveis de renda *per capita*, e os países “subdesenvolvidos”, caracterizados por níveis de renda *per capita* extremamente reduzidos e baixos índices de crescimento econômico. Ressalta que pode haver disparidades de crescimento econômico dentro dos próprios países, visto que nos países desenvolvidos existem regiões estagnadas, assim como nos países subdesenvolvidos existem regiões prósperas (MYRDAL, 1957).

A partir dessas constatações o autor faz algumas considerações importantes. Primeiro, que existe um pequeno grupo de países em uma situação econômica bastante favorável e um grupo muito maior de países em situação econômica precária. Segundo, os países do primeiro grupo tem apresentado um padrão de desenvolvimento contínuo, enquanto que com o segundo grupo ocorre o oposto. Terceiro, as disparidades econômicas entre esses dois grupos aumentou nas últimas décadas. A ideia do autor foi de desenvolver uma teoria para explicar a dinâmica econômica regional, entre e dentro de países, com base num processo de causação circular acumulativa, na qual o sistema econômico é considerado algo eminentemente instável e desequilibrado.

A ideia principal da teoria é de que os países subdesenvolvidos, por definição, têm estruturas desequilibradas e o equilíbrio destas não deve ser o fim, uma vez que o objetivo deve ser o de atingir o desenvolvimento a partir de um processo de industrialização impulsionado por desequilíbrios (MYRDAL, 1957). Para o autor, a noção de círculo vicioso



explica a forma como um processo se torna circular e acumulativo, no qual um fator negativo pode ser ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos. Defende a ideia de que o processo de causação circular acumulativa reflete de maneira mais realista a forma como as mudanças tendem a ocorrer na sociedade, quando comparado à hipótese clássica de equilíbrio estável.

A essência dessa teoria está relacionada ao enfoque dado à dinâmica – centro versus periferia. Segundo essa ótica, o desenvolvimento nunca será igual entre as regiões, pois é desequilibrado e tende a favorecer as economias mais desenvolvidas (MYRDAL, 1957).

Para Myrdal, grande parte dos males dos países subdesenvolvidos reside no fato de os efeitos propulsores serem fracos. Ressalta que se as forças de mercado não forem controladas por políticas intervencionistas, a produção industrial e as demais atividades econômicas tendem a se concentrar em determinadas localidades ou regiões, deixando o resto do país relativamente estagnado. Esta é uma das relações de interdependência, por meio das quais, no processo de acumulação, a pobreza se torna sua própria causa (MYRDAL, 1957). Esta é uma conclusão que tem grande semelhança àquela apresentada por Nurkse (1957), quando o autor define o círculo vicioso do subdesenvolvimento e menciona que um “país é pobre porque é pobre”.

#### **4.2.3 Hirschman – Crescimento sequencial**

A teoria do crescimento sequencial de Hirschman (1958) gira em torno dos efeitos de encadeamento para traz e para frente. A essência da teoria está no pressuposto de que os investimentos devem ser efetuados em setores selecionados (setores com grande probabilidade de sucesso) com ampla possibilidade de desencadear um processo propulsor do crescimento do produto e do emprego. O autor salienta que os mecanismos capazes de induzir o desenvolvimento de uma economia poderiam ser encontrados em certos investimentos específicos, os quais possibilitassem a propagação e a criação de novos investimentos produtivos, via efeitos complementares (efeitos em cadeia “para trás” e “para frente” como indutores do crescimento), que pudessem consolidar as cadeias produtivas setoriais, no sentido de romper com o estagio de atraso econômico das economias subdesenvolvidas.

Hirschman (1958) constrói sua teoria com base nos desequilíbrios de mercado, que segundo ele são inerentes à economia e constituem, por si só, poderosas engrenagens propulsoras do crescimento. Salienta que as estratégias de desenvolvimento regional são capazes de induzir as decisões de investimentos numa sequencia eficaz, que asseguram um novo padrão de crescimento regional desequilibrado. Para o autor, além do efeito multiplicador da renda e do emprego e do efeito acelerador do produto, o investimento tem o poder de induzir o surgimento de novos investimentos no sentido da complementaridade técnica, a qual se manifesta através das múltiplas relações intra e interindústrias de insumo-produto.

Chama atenção também para os efeitos de encadeamento de produção. Para Hirschman (1958), esses efeitos refletem diretamente os seus impactos econômicos sobre a cadeia produtiva como um todo. Nesse sentido, argumenta que é preciso caracterizar duas modalidades de efeitos de encadeamento: a) os efeitos retrospectivos (para trás), que são aqueles que induzem a novos investimentos produtivos nos setores fornecedores de insumos; e b) os efeitos de cadeia prospectivos (ou para frente), que são aqueles gerados por qualquer atividade produtiva (que não abastece exclusivamente as demandas finais) capaz de direcionar sua produção como insumo em alguma atividade nova.



No primeiro caso, os efeitos de encadeamento para trás manifestam-se porque há estímulo a investir na produção doméstica de insumos, inclusive na produção de bens de capital para atender setores exportadores em expansão. No segundo, os efeitos de encadeamento para frente induzem a novos investimentos em setores correlatos ao da produção, como é o caso do setor de embalagens, por exemplo. A ideia de encadeamento para frente reflete a indução de se investir devido à estrutura industrial inter-relacionada das atividades econômicas, o que significa dizer, em outros termos, que um paço numa dada direção tende a exercer fortes estímulos para decisões de investimentos direcionados à etapa seguinte.

#### 4.3 Novas abordagens

No contexto das novas teorias do desenvolvimento regional é possível identificar uma grande variedade de visões. Neste sentido, procurando sistematizar essas visões, Bekele e Jackson (2006) propõem a seguinte classificação de abordagens: a Nova Geografia Econômica (NGE); a Escola da Especialização Flexível; os Sistemas de Inovação Regional; a Teoria da Competitividade de Porter; e as Teorias do Crescimento Endógeno.

A proposta da Nova Geografia Econômica é baseada nos trabalhos de Krugman (1991; 1991 a) e tem como principais contribuições à teoria das aglomerações produtivas, a introdução dos modelos que envolvem retornos crescentes e competição imperfeita. Sua origem está relacionada às teorias de aglomeração e localização espacial, procurando explicar a distribuição das atividades no espaço geográfico. De acordo com essa proposta, a configuração das atividades econômicas é resultado das forças de aglomeração e de dispersão. A primeira tem origem nas economias externas marshallianas, enquanto que as forças de dispersão incluem a imobilidade da mão de obra, os custos de transporte e os efeitos externos do meio ambiente (KRUGMAN; VENABLES, 1996).

A Escola da Especialização Flexível procura explicar as transformações ocorridas na esfera produtiva com o surgimento de um novo paradigma tecnológico a partir de 1980. Essa corrente tenta identificar os impactos dessas transformações sobre as economias regionais e como essas regiões podem tirar proveito delas para se desenvolver. A proposição de formação de distritos industriais nasceu com essa corrente, cuja característica mais marcante do sistema é a presença de um grande número de pequenas e médias empresas envolvidas em vários estágios de produção, que usufruem de economias externas positivas e retornos crescentes, devido à facilidade de circulação de informações, novos conhecimentos, troca de experiências e outros.

Quanto ao Sistema de Inovação Regional, este enfatiza a importância da inovação e da tecnologia como forma mais adequada de promover o desenvolvimento regional. A ideia central dessa ênfase tecnológica é tornar as regiões mais competitivas e menos vulneráveis a problemas de ordem conjuntural. A criação de ambientes inovadores pode ser um diferencial importante para uma região em relação às outras em caso de situações econômicas adversas. Uma recomendação importante dessa corrente é a constituição de redes de cooperação, o estabelecimento de parcerias entre os setores produtivos, as instituições de pesquisas e universidades.

No que se refere à Teoria da Competitividade de Porter, esta tem como principal contribuição entender e expor a relação entre aglomeração industrial e seu impacto sobre desenvolvimento regional, através da noção da competitividade dos *clusters* industriais. *Cluster* aqui segundo Porter citado por Casarotto Filho e Pires (2001), pode ser entendido



como sendo “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”. Dessa forma, percebe-se que a noção de prosperidade econômica está vinculada a competitividade das firmas que formam o *cluster* industrial, que, por sua vez, pode ser considerado como sendo a fonte de emprego, renda e inovação de uma região. É importante deixar claro, que boa parte dos benefícios produzidos no *cluster*, decorrentes de aumento da produtividade e da inovação tecnológica, estão diretamente relacionados ao desenvolvimento de pesquisas realizadas por universidades e outras instituições públicas e privadas.

Em relação as Teoria do Crescimento Endógeno, estas tem origem nas novas teorias do crescimento econômico, principalmente a partir dos trabalhos realizados por Romer (1986) e Lucas (1988), as quais tentam endogenizar o processo tecnológico. A ideia básica dessa teoria é de que a aglomeração tem significativo impacto sobre a inovação e a transferência desse conhecimento, criando, dessa forma, um mecanismo de autorreforço. Nesse sentido, Boisier (1988) argumenta que o crescimento de uma região possui um caráter essencialmente endógeno, que é decorrente de um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais existentes na região. O autor salienta que o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena.

## 5 Considerações finais

O trabalho mostrou que a estratégia de crescimento equilibrado pressupõe que os empreendimentos não viáveis do ponto de vista individual podem se transformar em investimentos viáveis quando considerados em conjunto com outros empreendimentos. Por outro lado, os defensores do crescimento desequilibrado preconizam que o crescimento econômico não surge espontaneamente ao mesmo tempo em todas as regiões, argumentando que este se manifesta em pontos específicos ou polos de crescimento para depois se espalhar por toda a economia.

A primeira corrente é baseada nos fundamentos clássicos de equilíbrio entre oferta e demanda, ressaltando a importância de se implantar diversos projetos ao mesmo tempo como forma de expandir o emprego e a renda e gerar o mercado necessário para toda a produção - Lei de Say. Já a segunda corrente defende a orientação de investimentos para setores-chave da economia, levando a concentração e maximização dos retornos. Essa abordagem parte do pressuposto de que o processo de polarização tende a aumentar as desigualdades regionais em situações de crescimento econômico acelerado, mas que após atingir seu máximo em algum dado momento do tempo, começam a ser reduzidas, quando se inicia um processo de despolarização.

No que diz respeito às novas teorias do desenvolvimento regional, as principais abordagens sugeridas são as seguintes: a Nova Geografia Econômica; a qual faz menção à teoria das aglomerações, introduzindo modelos de retornos crescentes, e a competição imperfeita; a Escola da Especialização Flexível, cuja ideia é a formação de distritos industriais, caracterizados pela presença de grande número de pequenas e médias empresas envolvidas na produção; os Sistemas de Inovação Regional, o qual enfatiza a importância da inovação e da tecnologia como forma mais adequada de promover o desenvolvimento regional; a Teoria da Competitividade de Porter, que visa mostrar os impactos das aglomerações industriais, através da noção da competitividade dos *clusters*; e, finalmente, as



Teorias do Crescimento Endógeno, cuja ideia básica é mostrar os impactos das aglomerações sobre a inovação e disseminação do conhecimento entre as empresas do aglomerado.

### Referências

BEKELE, G. W.; JACKSON, R. W. **Theoretical perspectives on industry clusters**. Virginia: Morgantown: Regional Research Institute; 2006. Disponível em: <<http://www.rri.wvu.edu/pdffiles/bekelep2006-5.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.

CÁRDENAS, José Rafael G. **Teoria do desenvolvimento**. Disponível em <[www.Adegua.com](http://www.Adegua.com)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall, new Jersey, 1966.

FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GREEN, E., CRUZ, M. **Construindo um novo modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul**. Disponível em <[www.scp.rs.gov.br](http://www.scp.rs.gov.br)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

ISARD, W. **Location and space economy: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure**. Cambridge: MIT, 1956.

KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Cambridge: MIT, 1991.

\_\_\_\_\_. History versus expectations. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 56, n. 2, p. 651-667, 1991a.

KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. Integration, specialization, and adjustment. **European Economic Review**, v. 40, p. 959-967, 1996.

LOSCH, A. **The Economics of Location**. Yale University Press, New Haven, 1954.



LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42, jul. 1988.

MARSHALL, Alfred. **Industry and trade**. Londres: Macmillan, 1919.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

\_\_\_\_\_. Note sur la notion de Pôle de Croissance. **Économie Appliquée**, v. 7, p. 307-320, 1955.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

ROMER, P. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

ROSENSTEIN-RODAN, P. Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. **Economic Journal**, 1943.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. **Production, work, territory (the geographical of industrial capitalism)**. Boston: Allen & Unwin, 1986.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

STÖHR, W. ; TAYLOR, D. R. F. **Development from above or below? the dialectics of regional planning in development countries**. Londres: Wiley and Sons, 1981.

VON THÜNEN, J. H. **The isolated state**. Oxford: Pergamon Press, 1966.

WEBER, M. **Theory of the Location of Industries**. University of Chicago, Chicago, 1929.